



Use o QRCode
para acessar o
Caderno Cultural
na Internet, com
mais artigos e
links citados.

Deus caritas est: o anúncio do amor para um mundo que não sabe amar



Arte: Sergio Ricciuto Conte

Francisco Borba
Ribeiro Neto*

Quando Bento XVI foi eleito papa, um jornal português, ouvindo um dos orientados de J. Ratzinger, o Padre Henrique Noronha Galvão, publicou o artigo “Um místico que acredita no amor”. Sem saber, antecipava o conteúdo da encíclica *Deus caritas est* (DCE), lançada no Natal de 2005.

Afirmado logo no início da encíclica, o encontro pessoal com Cristo não é, evidentemente, uma “novidade”, mas a formulação dada por Bento XVI supera claramente qualquer redução ideológica ou moralística: “Ao início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo [...] ‘Deus amou de tal modo o mundo que lhe deu o seu Filho único para que todo o que Nele crer (...) tenha a vida eterna’ (Jo 3,16). Com a centralidade do amor, a fé cristã acolheu o núcleo da fé de Israel e, ao mesmo tempo, deu a este núcleo uma nova profundidade e amplitude” (DCE 1). Com boas razões, a ideia de que “ao início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa” vem sendo repetida no seio da Igreja nas

*Há 20 anos, no Natal de 2005, Bento XVI publicou a encíclica **Deus caritas est**. Erudita e com uma passagem discreta pela história, assim como seu autor, é um texto emblemático, que bem pode ser considerado um marco da transição do catolicismo do século XX para o XXI. Não apresenta reformas doutrinárias ou “invenções teológicas”, mas sim um renovado olhar sobre a fé ao recentrá-la no amor.*

últimas duas décadas. Por exemplo, o Papa Francisco volta a esta ideia em várias ocasiões, inclusive na *Evangelii gaudium* (EG 7) e os bispos latino-americanos citam-na no *Documento de Aparecida* (DAP 12). Para uma sociedade cansada de ideologias e de moralismos vazios, o encontro pessoal com Cristo representa uma forma nova e original de entender a religião e a própria vida – mesmo que seja tão antiga como o próprio Cristianismo.

A encíclica traz também uma sutil mudança no enfoque da Doutrina Social da Igreja. Não mudou, obviamente, a estrutura fundamental do magistério: Deus ama o ser humano, por isso o criou com dignidade pessoal inviolável, e todos devem se amar e respeitar mutuamente, reverberando esse amor divino. Contudo, a caridade, este amor gratuito carregado de ternura e solidariedade, tornou-se muito mais presente nos textos pontifícios posteriores. É um padrão que se repete nos documentos sociais de

Bento XVI, Francisco e, agora, de Leão XIV, com a exortação *Dilexi te*.

Comparando, vemos que as palavras caridade e amor aparecem na segunda parte da DCE (que é dedicada especificamente à Doutrina Social da Igreja), na *Caritas in veritate*, na *Fratelli tutti* e na *Dilexi te* com frequência de três a cinco vezes maior do que na *Centesimus annus*, a encíclica social de São João Paulo II que, proporcionalmente, mais usa essas palavras. Isso não significa que os papas do século XXI amem mais as pessoas do que seus antecessores, mas que, no contexto de nosso tempo, considerar o amor/caridade como fundamento do pensamento social cristão se torna cada vez menos óbvio e mais necessário para o anúncio cristão – e Bento XVI foi aquele que primeiro se deu conta disso.

A percepção da própria dignidade, idealmente, vincula-se a um sentimento empático pelo qual reconhecemos a dignidade do outro. Mas o drama dos refugiados ou a situação dos morado-

res de rua mostram como essa empatia nem sempre se manifesta e é modulada por estímulos ideológicos e pela própria situação de cada um,

A dignidade é constitutiva do ser humano, mas não é instintiva ou automática, ou mesmo uma construção social. É uma descoberta: descobrimo-nos dignos ao longo de nosso amadurecimento pessoal. Sou digno, e reconheço a dignidade dos demais, porque sou amado. Sem a experiência de ser amado — ou diante da experiência de ser “mal-amado” — a dignidade pessoal não se manifesta adequadamente, gerando ansiedade, depressão, baixa autoestima e individualismo antissocial, muitas vezes violento.

É a experiência de um amor gratuito, justamente aquilo que denominamos “caridade”, que gera uma concepção adequada da dignidade pessoal, que reconhece os próprios direitos, ao mesmo tempo em que se revela empática e solidária com a dignidade dos demais. Em uma sociedade na qual o individualismo gera uma solidão angustiante, e a luta pelo reconhecimento dos próprios direitos parece sufocar a solidariedade, Bento XVI percebeu a necessidade de uma justa compreensão e educação ao amor, para que nos tornemos conscientes de sermos “bem-amados”.

* Sociólogo e biólogo, editor dos Cadernos Fé e Cultura e Fé e Cidadania do jornal O SÃO PAULO

A realização do amor humano à luz do amor de Deus

Donato_Montorfano Crucificação (detalhe). Mosteiro Santa Maria das Graças, Milão. Fonte: Wikimedia



Por que sofremos tanto com o amor? Há séculos, as pessoas lutam pelo direito de amar livremente, se casar com quem desejam, receber amor daqueles que são importantes para elas... Ganhamos, com certeza, o direito de reconhecer o fracasso do amor, terminando os relacionamentos, denunciando o egoísmo daqueles que supostamente nos amam e assim por diante... Mas aquilo que nosso coração realmente deseja, que é nos realizarmos no amor, continua sendo difícil. Sem condenar, mas sim valorizando tanto o eros quanto o amor romântico, Bento XVI, nos trechos da [Deus caritas est](#) selecionados a seguir, nos mostra o caminho para a plena realização do amor.

Redação

O termo “amor” tornou-se hoje uma das palavras mais usadas e mesmo abusadas, à qual associamos significados completamente diferentes [...] Porém, o amor entre o homem e a mulher, no qual concorrem indivisivelmente corpo e alma e se abre ao ser humano uma promessa de felicidade que parece irresistível, sobressai como arquétipo de amor por excelência, de tal modo que, comparados com ele, à primeira vista todos os demais tipos de amor se ofuscam. ([Deus caritas est](#), DCE 2).

“Eros” e “agape”. Ao amor entre homem e mulher, que não nasce da inteligência e da vontade, mas, de certa forma, impõe-se ao ser humano, a Grécia antiga deu o nome de *eros* [...] Segundo Nietzsche, o Cristianismo teria dado veneno a beber ao *eros* [...] Com os seus mandamentos e proibições, a Igreja não nos torna porventura amarga a coisa mais bela da vida?

Mas, será mesmo assim? O Cristianismo destruiu verdadeiramente o *eros*?

Entre o amor e o Divino existe uma relação: o amor promete o infinito, a eternidade – uma realidade maior e totalmente diferente do dia a dia da

nossa existência [...] mas] o caminho para tal meta não consiste em deixar-se simplesmente subjugar pelo instinto. São necessárias purificações e amadurecimentos, que passam também pela estrada da renúncia. Isto não é rejeição do *eros*, não é o seu “envenenamento”, mas a cura em ordem à sua verdadeira grandeza [...] Se o homem aspira a ser somente espírito e quer rejeitar a carne como uma herança apenas animal, então espírito e corpo perdem a sua dignidade. E se ele, por outro lado, renega o espírito e conseqüentemente considera a matéria, o corpo, como realidade exclusiva, perde igualmente a sua grandeza [...].

Ao longo do *Cântico dos Cânticos*, encontram-se duas palavras distintas para designar o “amor”. Primeiro, aparece a palavra *dodim*, um plural que exprime o amor ainda inseguro, em uma situação de procura indeterminada. Depois, esta palavra é substituída por *ahabà*, que, na versão grega do Antigo Testamento, é traduzida pelo termo som semelhante *agape* [...] Este vocábulo exprime a experiência do amor que agora se torna verdadeiramente descoberta do outro, superando, assim, o caráter egoísta que antes claramente prevalecia. Agora o amor torna-se cuidado do outro e pelo outro. Já não se busca a si próprio, não busca a imersão

no inebriamento da felicidade; procura, ao invés, o bem do amado: torna-se renúncia, está disposto ao sacrifício, antes procura-o.

Faz parte da evolução do amor para níveis mais altos, para as suas íntimas purificações, que ele procure agora o caráter definitivo, e isto em um duplo sentido: da exclusividade – “apenas esta única pessoa” – e de ser “para sempre” [...] O amor visa à eternidade. Sim, o amor é “êxtase”, não no sentido de um instante de inebriamento, mas como caminho, como êxodo permanente do eu fechado em si mesmo para a sua libertação no dom de si e, precisamente dessa forma, para o reencontro de si mesmo, mais ainda para a descoberta de Deus [...]

Eros e *agape* nunca se deixam separar completamente um do outro. Quanto mais encontrarem a justa unidade, embora em distintas dimensões, na única realidade do amor, tanto mais se realiza a verdadeira natureza do amor em geral. Embora o *eros* seja inicialmente sobretudo ambicioso, ascendente — fascinação pela grande promessa de felicidade — depois, à medida que se aproxima do outro, far-se-á cada vez menos perguntas sobre si próprio, procurará sempre mais a felicidade do outro, preocupar-se-á cada vez mais dele, doar-se-á e dese-

jará “existir para” o outro. Assim, se insere nele o momento da *agape*; caso contrário, o *eros* decai e perde mesmo a sua própria natureza. Por outro lado, o homem também não pode viver exclusivamente no amor oblatoivo, descendente. Não pode limitar-se sempre a dar, deve também receber. Quem quer dar amor, deve ele mesmo recebê-lo em dom [...] Deve ele mesmo beber incessantemente da fonte primeira e originária que é Jesus Cristo, de cujo coração trespassado brota o amor de Deus (cf. Jo 19,34).

(DCE 3-7)

O amor humano a partir do amor de Deus. Deus é absolutamente a fonte originária de todo o ser; mas este princípio criador de todas as coisas — o *Logos*, a razão primordial — é, ao mesmo tempo, um amante com toda a paixão de um verdadeiro amor [...] Existe uma unificação do homem com Deus — o sonho originário do homem —, mas esta unificação não é confundir-se, um afundar no oceano anônimo do Divino; é unidade que cria amor, na qual ambos — Deus e o homem — permanecem eles mesmos, mas tornando-se plenamente uma coisa só [...].

O olhar fixo no lado trespassado de Cristo, de que fala João (cf. 19,37), compreende o que serviu de ponto de partida a esta carta encíclica: “Deus é amor” (1 Jo 4,8). É lá que esta verdade pode ser contemplada [...] A partir daquele olhar, o cristão encontra o caminho do seu viver e amar.

Jesus deu a este ato de oferta uma presença duradoura por meio da instituição da Eucaristia durante a Última Ceia [...] A Eucaristia arrasta-nos no ato oblatoivo de Jesus [...] O que era um estar na presença de Deus torna-se agora, por meio da participação na doação de Jesus, comunhão no seu corpo e sangue, torna-se união.

A “mística” do Sacramento tem um caráter social, porque, na comunhão sacramental, eu fico unido ao Senhor como todos os demais comungantes [...] Eu não posso ter Cristo só para mim; posso pertencer-Lhe somente unido a todos aqueles que se tornaram ou tornarão Seus [...] O “mandamento” do amor só se torna possível porque não é mera exigência: o amor pode ser “mandado”, porque antes nos é dado [...].

Na liturgia da Igreja, na sua oração, na comunidade viva dos crentes, nós experimentamos o amor de Deus, sentimos a sua presença e aprendemos deste modo também a reconhecê-la na nossa vida cotidiana. Ele amou-nos primeiro, e continua a ser o primeiro a amar-nos; por isso, também nós podemos responder com o amor. Deus não nos ordena um sentimento que não possamos suscitar em nós próprios. Ele ama-nos, faz-nos ver e experimentar o Seu amor, e desta “antecipação” de Deus pode, como resposta, despostrar também em nós o amor.

(DCE 10-17)

Um coração que vê: a caridade e a identidade da Igreja

Redação

“Se vê a caridade, vê a Trindade” – escrevia Santo Agostinho [...] Quando morreu na cruz, Jesus — como indica o evangelista — “entregou o Espírito” (cf. Jo 19,30), prelúdio daquele dom do Espírito Santo que Ele havia de realizar depois da Ressurreição (cf. Jo 20,22) [...] O Espírito é aquela força interior que harmoniza nossos corações com o de Cristo e leva-nos a amar os irmãos como Ele os amou [...] É força que transforma o coração da comunidade eclesial, para ser, no mundo, testemunha do amor do Pai [...] Toda a atividade da Igreja é manifestação de um amor que procura o bem integral do ser humano, a sua evangelização por meio da Palavra e dos Sacramentos, sua promoção nos vários âmbitos da vida (*Deus caritas est*, DCE 19).

A caridade é dever da Igreja. O amor ao próximo, radicado no amor de Deus, é um dever antes de mais para cada um dos fiéis, e, também, para a comunidade eclesial inteira, desde aquela local, passando pela Igreja particular até à Igreja universal [...]

A natureza íntima da Igreja exprime-se em um tríptico dever: anúncio da Palavra de Deus (*kerygma-martyria*), celebração dos Sacramentos (*leiturgia*), e serviço da caridade (*diakonia*). Para a Igreja, a caridade não é uma espécie de atividade de assistência social que se poderia mesmo deixar a outros, mas pertence à sua natureza, é expressão irrenunciável da sua própria essência.

A Igreja é a família de Deus no mundo. Nesta família, não deve haver ninguém que sofra por falta do necessário. Ao mesmo tempo, porém, a *caritas-agape* estende-se para além das fronteiras da Igreja; a parábola do bom Samaritano permanece como critério de medida, impondo a universalidade do amor que se inclina para o necessitado encontrado “por acaso” (cf. Lc 10,31), seja ele quem for. (DCE 20-25)

Justiça e caridade. Desde o século XIX, vemos levantar-se contra a atividade caritativa da Igreja uma objeção. Os pobres – diz-se – não teriam necessidade de obras de caridade, mas de justiça [...] É verdade que a norma fundamental do Estado deve ser a prossecução da justiça e que a finalidade de uma justa ordem social é garantir a cada um, no respeito do princípio da subsidiariedade, a própria parte nos bens comuns [...]

A justa ordem da sociedade e do Estado é dever central da política [...] A Igreja não pode nem deve tomar nas suas próprias mãos a batalha política para realizar a sociedade mais justa possível. Mas também não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça [...]

O amor — *caritas* — será sempre necessário, mesmo na sociedade mais



Nas passagens a seguir da Deus caritas est, Bento XVI explica que a Igreja tem um dever triplo inseparável: o anúncio da Palavra, a celebração dos Sacramentos e o serviço da caridade. Aponta, ainda, que o amor deve animar os leigos em sua atividade política, vivida como “caridade social”, conceito aprofundado depois pelo Papa Francisco, com o termo “amor político”, na Fratelli tutti (FT 180ss).

justa. Não há qualquer ordenamento estatal justo que possa tornar supérfluo o serviço do amor. Quem quer desfazer-se do amor, prepara-se para se desfazer do ser humano enquanto ser humano. Sempre haverá sofrimento que necessita de consolação e ajuda. Haverá sempre solidão. Existirão sempre, também, situações de necessidade material, para as quais é indispensável uma ajuda na linha de um amor concreto ao próximo. Um Estado que queira prover a tudo e tudo açambarque torna-se, no fim de contas, uma instância burocrática, que não pode assegurar o essencial de que o ser humano sofre – todo ser humano – tem necessidade: a amorosa dedicação pessoal [...]

O dever imediato de trabalhar por uma ordem justa na sociedade é próprio dos fiéis leigos. Estes, como cidadãos do Estado, são chamados a participar pessoalmente na vida pública. Não podem, pois, abdicar “da múltipla e variada ação econômica, social, legislativa, administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente o bem comum” [...] Embora as manifestações específicas da caridade eclesial nunca possam confundir-se com a atividade do Estado, no entanto, a verdade é que a caridade deve animar a existência

inteira dos fiéis leigos e, consequentemente, também a sua atividade política vivida como “caridade social” [...] (DCE 26-29)

O perfil da atividade caritativa da Igreja. É muito importante que a atividade caritativa da Igreja mantenha todo o seu esplendor e não se dissolva na organização assistencial comum, tornando-se uma simples variante da mesma.

A caridade cristã é, em primeiro lugar, simplesmente a resposta àquilo que, em uma determinada situação, constitui a necessidade imediata: os famintos devem ser saciados, os nus vestidos, os doentes tratados para se curarem, os presos visitados etc. [...] Mas] os que trabalham nas instituições caritativas da Igreja devem distinguir-se pelo fato de que não se limitam a executar habilidosamente a ação conveniente naquele momento, mas dedicam-se ao outro com as atenções sugeridas pelo coração, de modo que ele sinta a sua riqueza de humanidade. Por isso, para tais agentes, além da preparação profissional, requer-se também e, sobretudo, a “formação do coração”: é preciso levá-los àquele encontro com Deus em Cristo que neles suscite o amor e abra o seu íntimo ao outro de tal modo que, para eles, o

amor ao próximo já não seja um mandamento por assim dizer imposto de fora, mas uma consequência resultante da sua fé que se torna operativa pelo amor (cf. Gal 5,6).

A atividade caritativa cristã deve também ser independente de partidos e ideologias. Não é um meio para mudar o mundo de maneira ideológica, nem está a serviço de estratégias mundanas, mas é atualização, aqui e agora, daquele amor de que o homem sempre tem necessidade [...] O programa do cristão – o programa do bom Samaritano, o programa de Jesus – é “um coração que vê”. Este coração vê onde há necessidade de amor, e atua em consequência [...]

Além disso, a caridade não deve ser um meio em função daquilo que hoje é indicado como proselitismo. O amor é gratuito; não é realizado para alcançar outros fins. Isso, porém, não significa que a ação caritativa deva, por assim dizer, deixar Deus e Cristo de lado. Sempre está em jogo o ser humano em sua totalidade. Muitas vezes, é precisamente a ausência de Deus a raiz mais profunda do sofrimento. Quem realiza a caridade em nome da Igreja, nunca procurará impor aos outros a fé da Igreja. Sabe que o amor, na sua pureza e gratuidade, é o melhor testemunho do Deus em que acreditamos e pelo qual somos impelidos a amar. O cristão sabe quando é tempo de falar de Deus e quando é justo não o fazer, deixando falar somente o amor. Sabe que Deus é amor (cf. 1 Jo 4,8) e torna-Se presente precisamente nos momentos em que nada mais se faz a não ser amar.

(DCE 31)

Terminado o Jubileu, a esperança continua

Francisco Borba
Ribeiro Neto*

Recentemente, [falando aos libaneses](#), Leão XIV associou a esperança à resiliência diante dos dramas da vida. Os que lutam pela paz são animados pela esperança, disse ele. Passadas as comemorações do Jubileu, somos chamados a viver nossas vidas com esta resiliência, que pode ser cheia de letícia mesmo na provação. Francisco tinha razão quando escolheu o tema da esperança para este Jubileu de 2025. A humanidade toda, não apenas os libaneses ou as vítimas de guerras e catástrofes, precisa de esperança.

Contudo, mesmo depois de quase um ano de reflexão, ainda nos é difícil entender a esperança cristã. Frequentemente, a confundimos com uma ilusória “força do pensamento positivo”. Imaginamos que as coisas boas acontecerão se as desejarmos com intensidade ou que, se nos esforçarmos bastante, nossos méritos serão recompensados já nesta vida. Tais expectativas algumas vezes se realizam, outras vezes não...

A “esperança que não decepciona” é algo diverso das expectativas do pensamento positivo. Ela se realizará plenamente na vida eterna,

Estamos chegando ao final deste Jubileu da Esperança: entre 25 de dezembro e 6 de janeiro, serão fechadas todas as Portas Santas abertas para este evento. Há uma certa nostalgia neste momento. Francisco, que nos exortou a experimentar a misericórdia e a esperança, não está mais entre nós. Para o fitarmos, temos que voltar nossos olhos para a infinitude de Deus – é lá, do lugar que Ele guardou para aqueles que O amaram neste mundo, que o Papa argentino, com seus antecessores, nos observa, certamente desejoso de que nós também caminhemos ao encontro de Cristo em nossas vidas.

mas – como lembrava Bento XVI na [Spe salvi](#) (SS 7), já nos dá algo nesta vida, um rebento que confirma a promessa. Subsiste mesmo na dor e na dificuldade – aliás, se revela, em toda a sua força e beleza, em meio às dores e sofrimentos. Vemos esta esperança presente justamente quando encontramos aqueles que vivem suas dificuldades com letícia, essa alegria serena e profunda, típica da fé.

Mas pode haver alegria mesmo na provação? Podemos acreditar no bem, mesmo quando o mal parece triunfar? Estas perguntas desafiam o testemunho cristão ao longo dos séculos. A esperança cristã não é aquela de que o mal, as dores e as provações desaparecerão, de que as coisas más

não acontecerão. Elas estão aqui, nos cercam, acontecem com bons e com maus. É uma necessidade e um dever moral lutarmos contra elas. Isso não garante que as coisas irão terminar da forma como desejamos. Nossa esperança não é a de não sofrer, mas sim a de passar pelas dificuldades na companhia de Cristo.

Deus corresponde ao grande anseio de nosso ser, fomos feitos para Ele e nosso coração só Nele repousa, como bem notou Santo Agostinho. Nossa esperança é a certeza de que já O encontramos, que Ele nos acompanhará até o final desta vida e, ainda mais, na próxima – é a felicidade simples que nasce de não estarmos mais sozinhos, de podermos atravessar os momentos felizes e os desafiadores



em companhia do grande Amor que nos realiza definitivamente. A esperança cristã, por isso, se fortalece na memória. Não é uma confiança cega em algo que vai acontecer, mas uma certeza que vai se consolidando por meio de uma infinidade de pequenos indícios que vão se avolumando ao longo de uma vida.

Assim, como diria o Papa Francisco, “na expectativa da vida eterna, caminhemos cantando; que as nossas lutas e a nossa preocupação não nos tirem a alegria da esperança” (cf. [Laudato si'](#), LS 244).

* Sociólogo e biólogo, editor dos Cadernos Fé e Cultura e Fé e Cidadania do jornal O SÃO PAULO

Livros

Esperança, essa difícil virtude

Raúl Cesar
Gouveia Fernandes*

Não é fácil compreender a esperança cristã. Neste Jubileu da Esperança, o Papa Francisco nos ajudou a compreender que a esperança não pode ser entendida como se fosse apenas um vago otimismo com relação ao futuro. Uma abordagem tão superficial não se sustentaria diante das graves contradições com as quais somos constantemente defrontados. Afinal, como manter a esperança diante da pobreza, das guerras ou de tantos outros problemas que nos afligem e não parecem ter solução à vista? E ainda mais: é razoável depositar a esperança em nossos projetos, intenções ou capacidades pessoais, uma vez que somos tão fracos e incoerentes?

Um dos grandes méritos de *O Pórtico do Mistério da Segunda Virtude*, de Charles Péguy, é colocar claramente essas perguntas sem recorrer a soluções fáceis ou sentimentais. Longe de simplificar questão tão complexa, a obra apresenta uma longa reflexão, lírica e profunda, sobre o tema. É significativo que o livro tenha sido originalmente publicado em 1911, em um contexto histórico particularmente difícil: basta lembrar que a Primeira Guerra Mundial (conflito no qual o autor inclusive perderia a vida) começaria poucos

No encerramento do Jubileu da Esperança, proclamado pelo Papa Francisco para 2025, o público brasileiro é presenteado com uma obra-prima sobre o tema. Trata-se de O Pórtico do Mistério da Segunda Virtude, escrito pelo poeta francês Charles Péguy, há pouco mais de um século, tornou-se um clássico obrigatório da espiritualidade cristã, mas permanece pouco conhecida e lida no Brasil. Agora, uma nova tradução da obra foi publicada pela Editora Companhia Ilimitada.

anos depois. Não é por acaso, portanto, que Péguy inicia o poema declarando que a esperança é a mais difícil das virtudes teológicas, sendo motivo de espanto até para o próprio Deus.

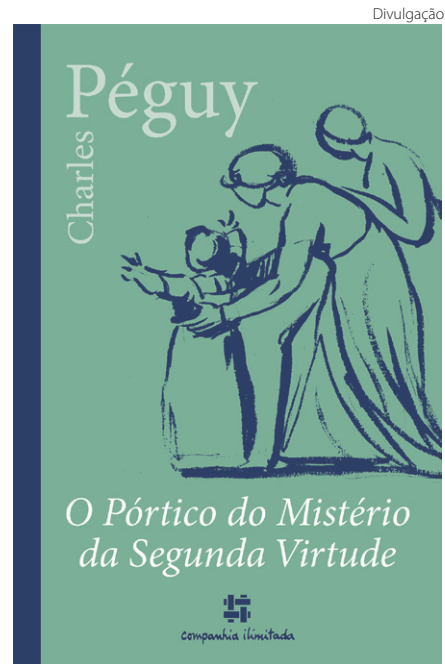
Aliás, no poema é Ele mesmo que toma a palavra, apresentando seu ponto de vista sobre a frágil e pequena esperança. Em vez de fornecer fórmulas prontas, tão ao gosto do público de hoje, o livro representa um convite à contemplação, ajudando os leitores a mirar a própria existência segundo o olhar de Deus, sem censurar suas dores, dificuldades e desafios.

Partindo de comovente interpretação das parábolas da ovelha desgarrada, da dracma perdida e do filho pródigo, o autor chega à espantosa conclusão de que o primeiro a ser desafiado pela esperança é o próprio Deus. Renunciando à Sua onipotência, Ele deposita sua esperança no homem – em cada um de nós –,

ansiando que decidamos livremente retornar à casa do Pai. Foi para nos atrair a Si que Ele mesmo veio ao nosso encontro e aceitou submeter-Se a nossos caprichos e até mesmo a nossa maldade. E ao final das contas é este Seu primeiro movimento, que precede qualquer iniciativa ou mérito nosso, que nos permite prosseguir esperançosamente o caminho da vida.

Não pretendemos apresentar aqui o resumo completo de um livro em tantos aspectos rico e surpreendente: desejamos, apenas, formular um convite à leitura pessoal da obra, exemplificando como as reflexões propostas pelo autor lançam novas luzes sobre questões acerca das quais muitas vezes não sabemos o que pensar.

Concluimos ressaltando que Charles Péguy oferece uma resposta original e instigante ao chamado para testemunharmos a todos as razões de nossa esperança. Por tudo isso, e



PÉGUY, Charles. O Pórtico do Mistério da Segunda Virtude. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2025 [O livro encontra-se em fase de lançamento e pode ser adquirido diretamente na Editora, pelo fone (11)99272-0305].

também pela beleza do poema, *O Pórtico do Mistério da Segunda Virtude* certamente constitui uma boa forma de concluir o trabalho proposto pelo Papa Francisco neste Jubileu da Esperança.

* Professor do Centro Universitário da FEI e Doutor em Literatura Portuguesa pela USP.